

## Fórum 2 - Gentrificação Turística-

1. De acordo com a autora, como se pode definir turistificação? Concorda com esta definição? Porquê?

A professora Barata-Salgueiro aponta que turistificação “*é um processo de mudança causada pelo aumento do número de turistas, está associada à reconfiguração do papel dos atores, designadamente das autoridades públicas locais e dos investimentos internacionais, e tem impactes no acesso à habitação, nas facilidades comerciais e de serviços, no espaço público, na qualidade de vida e na própria paisagem urbana*” (Barata-Salgueiro, 2017, 2). No caso concordo com esta definição, acrescentava apenas que a turistificação visa atrair, enquanto processo, atrair visitantes e de melhorar a competitividade do destino. A turistificação, que é baseada na atividade económica do turismo, cria transformações nos territórios hospedeiros, promovendo novas formas do uso do espaço e modificando paisagens culturais, bem como a territorialidade do destino turístico. (Ojeda & Kieffe, 2020). Sendo bastante significativo as modificações que os diferentes atores sociais e instituições vão operando para lidar como este fenómeno.

2. Distinga o turismo contemporâneo (pós-turismo) do turismo massificado da segunda metade do século XX.

O turismo de massas marcou a segunda metade do século XX, concentrando-se “*temporalmente nos períodos de férias destinados ao descanso e recuperação de energias para novo ano de trabalho*” e preferencialmente destinos não urbanos. Já o turismo contemporâneo caracteriza-se por uma “*maior diversidade de segmentos e modalidades, algumas destinadas a verdadeiros nichos de consumidores*” As estadias têm dimensões variadas e mais segmentadas e o destino é cada vez mais citadino. Parece-me que podemos associar o turismo de massas ao direito ao descanso e aquela noção “românticas” das férias para descansar e o turismo contemporânea baseado no consumo da oferta turística que determinados locais podem oferecer.

Ao mesmo tempo, também o perfil do turista se altera e emerge um “novo turista” ou “pós turista” que pretende conhecer novos sítios e culturas mas, ao mesmo tempo, procura sentir a cidade a partir de dentro, com o olhar de um residente. E na procura de uma experiência mais autêntica e próxima à dos moradores, evitam a oferta hoteleira tradicional preferindo o alojamento de curta duração.

O centro histórico de Lisboa e os seus bairros, sofreram deste problema que foi agudizado por não existir oferta hoteleira tradicional nestas zonas.

O turismo urbano é extremamente volátil e transformador sendo capaz de gerar mais e novas tipologias de “novos turistas”. O caso de jovens turistas, muitos estudantes, que fazem city-breaks, para consumirem diversão noturna, com profundos impactos e muitas rejeições por parte dos moradores, isto porque, apenas utilizam os bairros para dormir, uma vez que estes alojamentos são mais baratos face à oferta tradicional, parece estar a emergir por estes dias.

Ao contrário da tipologia que a Barata-Salgueiro aqui nos apresenta, de um “pós-turista” que procura consumir o bairro, a sua história e as suas gentes enquanto recursos e produtos turísticos.

3. Transcreva um excerto do texto que evidencie o carácter contraditório da turistificação (aspectos positivos vs. aspectos negativos).

*“Os processos de turistificação dão-se em paralelo com importante intervenção no edificado e no espaço público, trazem crescimento das atividades económicas e do emprego, mas têm também efeitos perversos, porque reduzem drasticamente a oferta de casas para arrendar inflacionando o valor dos alugueres, negam o acesso ao lugar a residentes expulsos de suas casas e bairros, violam a privacidade e segurança de alguns edifícios e contribuem para a descaracterização dos lugares. Processo com grande vitalidade, enche algumas zonas da cidade de turistas, é objeto de controvérsia social e política e presença constante nos media” (Barata-Salgueiro, 2017, 7).*

A destruição identitária e de marcos culturais também, é uma marca forte dos impactos que o turismo deixa nos territórios que ocupa. Para além da precariedade laboral, dos salários baixos e da economia paralela que potencializa.

4. Em que medida se pode falar de financeirização da habitação?

A financeirização é designa a influência dos mercados financeiros na atividade geral do tecido social e económico, a todas as escalas, desde o indivíduo e da sua família, às empresas, às economias nacionais até às geografias. (Mendes, 2019, p. 82)

Esta influência de circulação de fluxos de capitais, de mercantilização e de extração de lucros e mais-valias estendeu-se à habitação e ao mercado habitacional.

Em Portugal “*a liberalização do sector financeiro em Portugal, desde meados dos anos 80, trouxe o aumento dos Fundos de Investimento Imobiliário que gozam de uma tributação favorável*” (Barata-Salgueiro, 2017) e que era assente numa lógica de uma certa democratização do acesso ao crédito bancário para aquisição de casa própria. Opção nacional, essa, que se viria a mostrar catastrófica, especialmente para a classe média mais baixa, o que corresponde a muitas famílias no nosso país.

Ainda, e pelo menos até ao início do século XXI, o paradigma manteve-se e não existindo uma financeirização. Foi com a crise imobiliária e financeira internacional, com um governo neoliberal e com a chegada da Troika a Portugal que se reuniram as condições para se disseminar uma verdadeira financeirização da habitação. O governo português, apoiado num plano de resgate e numa Troika, que pretendia levar a cabo uma série de reformas, iniciou uma política que criando instrumentos e mecanismos atraiu o capital transnacional a investir na habitação em Portugal. O governo tentou captar investimento internacional através dos vistos golden, permitindo cidadãos estrangeiros investirem no setor imobiliário, ao mesmo tempo que criava condições fiscais muito vantajosas para cidadãos estrangeiros não residentes que quisessem por cá morar. Por fim, levou a cabo uma reforma na lei dos arrendamentos, que já vinha dos anos 90, e que protegia os arrendatários mais antigos. Lei essa que teve profundas e impactantes consequências na vida dos arrendatários, especialmente vulneráveis, designadamente em despejos e aumentos de rendas incomportáveis. A visibilidade que Portugal e a capital portuguesa alcançavam internacionalmente, nomeadamente, junto dos turistas, desenvolveu uma atividade turística muito forte e que colocou Lisboa e Portugal “*na moda*”. Estavam criadas as condições para a tempestade perfeita e assim aconteceu.

Atualmente a habitação é vista, pelos investidores transnacionais, como outro investimento qualquer, do qual apenas se procura extrair e rentabilizar ao máximo o lucro. O mercado habitacional é apenas mais um mercado que deverá gerar lucro e mais-valias.

Duas chamadas de atenção: a primeira sobre a perda da ideia da habitação como um direito das pessoas e a segunda, para a inexistência de ligação emocional destes investidores ao local dos investimentos. Antigamente os proprietários tinham uma casa que alugavam, muitas das vezes conhecendo os arrendatários, morando eles próprios nessas zonas e que, em última instância, tinham uma função social. Penso que estas duas questões são muito importantes quando falamos de financeirização da habitação em Portugal.

Nuno Rocha

#### Bibliografia

- Barata-Salgueiro, T. (2017). Alojamentos Turísticos em Lisboa . *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. XXI, nº 578, pp. 1-43.
- Mendes, L. (2019). Gentrificação, turismo e financeirização da habitação em Lisboa. Em J. B. Xavier, & A. (. Paio, *O Lugar da Cidade* (pp. 74-85). Lisboa: ISCTE-IUL.
- Ojeda, A. B., & Kieffe, M. (2020). Touristification. Empty concept or element of analysis in tourism geography? *Geoforum* 115, pp. 143-145.